ATA N.º 5/2023

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

28/07/2023

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

-----Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “átrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano. ----------

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): **----------**

----- PONTO UM: Empréstimo de Médio e Longo Prazo para financiamento do PPI 2023 – Adenda ao Contrato. ----------

----- PONTO DOIS: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2023 a 2025, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por consulta prévia, para “Fornecimento de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento em Portugal Continental – Lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro da Espap AQ-CR-2023 ----------

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ----------

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Zélia Domingues Morais, José Luis Pimentel Lavrador, Carolina Neves Reigota, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Maria Adélia de Oliveira Maranhão em substituição de Guida Filomena de Jesus Reigota, Mauro Emanuel Miranda Seiça em substituição de Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocêncio, Cristina Maria Domingues dos Santos em substituição de Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Vasco Daniel Negrão de Jesus Mingatos em substituição de Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Pedro Nunes em substituição de Sara Patrícia Ferreira Braguez, Maria Adélia de Oliveira Maranhão em substituição de João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria

Clara Simões Clemente, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. ----------

-----FALTAS ----------

-----Verificou-se a falta de: Eurico Petronilho Martins, Telma Milene Magueta Salvador, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sara Patrícia Ferreira Braguez e João Pedro Ventura Lopes de Almeida. ----------

----- HORA DE ABERTURA ----------

----- Os trabalhos tiveram início às catorze horas e quarenta e seis minutos, após a verificação de quórum. ----------

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): **----------**

----- Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que cumprimentou todos e agradeceu a presença de todos naquela reunião extraordinária solicitada pelo executivo. ----------

----- PONTO UM: Empréstimo de Médio e Longo Prazo para financiamento do PPI 2023 – Adenda ao Contrato. ----------

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que cumprimentou todos e agradeceu a todos por terem aceite aquela reunião extraordinária. ----------

-----A reunião deveu-se àquele primeiro ponto, precisamente. O empréstimo que a Câmara estava a fazer com o banco teve uma incongruência, ou seja, havia uma lacuna entre o a proposta que foi apresentada pela Caixa Geral Depósitos (proposta vencedora) e o contrato que depois foi emitido para assinar, ou seja, na proposta apresentada não havia cobrança de comissões e no contrato estava uma cláusula que contemplava cobrança de comissões. Devido ao exposto e para “bater” tudo certo no Tribunal de Contas, houve necessidade de fazer uma adenda àquele mesmo contrato. ----------

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), cumprimentou todos e começou por demonstrar a sua preocupação quanto ao endividamento do Município e questionou o porquê daquele ponto não ter ido na última Assembleia Municipal.

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) referindo que a sua posição era sobejamente conhecida até porque aquele assunto já tinha sido discutido no passado mês de abril. Contudo, voltou a referir que o endividamento por parte da Câmara era absurdo. Deixou esta questão ao executivo Municipal no sentido de saber se naquele ano surgisse uma situação de emergência, haveria capacidade para poder contrair algum empréstimo. Pois, tinham esgotado mais de 90% da percentagem de endividamento para aquele ano. Teceu considerações acerca do período de tempo daquele empréstimo e por isso questionou se o reconhecimento contabilístico daquela dívida/passivo financeiro era contabilizado no imediato ou iria ser contabilizado somente a partir do 24º mês. Gostava de saber qual a justificação apresentada para aqueles empréstimos, ou seja, se as finalidades eram todas executadas a 100%, pois não havia nenhum relatório até ao momento que fizesse prova de tal. Questionou como iriam ser divididos/gastos aqueles quatrocentos mil euros. ----------

-----Em resposta ao Sr. Augusto Miranda o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o empréstimo tinha sido aprovado no passado mês de abril por aquela Assembleia Municipal. ----------

-----Quanto à capacidade de endividamento, referiu que a mesma não tinha sido esgotada e que havia capacidade para mais. ----------

-----Esclareceu que para cálculo de endividamento, o valor sujeito era o total de empréstimo. Informou, que no ano de 2024 se houvesse alguma necessidade também podia ser feito um empréstimo para tesouraria, nunca se fez, mas havia essa possibilidade. Relembrou que nos últimos 10 anos a dívida do Município diminuiu bastante (pagaram-se alguns empréstimos, planos de intervenção, entre outros) deu o exemplo que tinha sido pago o empréstimo da piscina por exemplo. Mais disse, aqueles ciclos (pagamentos) eram ciclos normais. Frisou

que havia preferência em ir aos fundos comunitários, no entanto, as regras a nível europeu vão sendo mais apertadas e por exemplo, equipamentos desportivos era difícil de se conseguir; passeios, alcatrão não era possível obter através daqueles financiamentos, logo, havia necessidade de uma forma pensada e controlada ser a Câmara a fazer aqueles investimentos. ----------

-----Quanto ao investimento ali presente, disse que iriam ser feitas obras no campo do Lago do Mar, obras no campo do Seixo e obras também o pavilhão Domus Nostra. ----------

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que quis reforçar a sua preocupação com a situação financeira do Município, teceu várias considerações quanto ao período do empréstimo, bem como ao valor, que foi contraído para aquele efeito. Fez comparação ao executivo de *José Sócrates*. ----------

-----Mostrou um gráfico com o número de funcionários dos Municípios de Miranda do Corvo e Murtosa comparando-o com o nosso uma vez que eram todos mais ou menos equivalentes. Era necessário gerir melhor os recursos humanos do Município mesmo com as transferências de competências. ---------

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que agradeceu as respostas diretas relativas à parte dos equipamentos desportivos. Relembrou palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da sua entrada na Câmara relativa à situação financeira, estável, em que a encontrou. Disse que foi, exatamente, entre 2009 e 2013 que mais dívida se pagou no município. Mas o importante era o “hoje” e não conseguia entender a explicação dada quanto à capacidade de endividamento. Falou dos documentos entregues sobre aquele empréstimo em abril e questiona acerca de como se calculava a taxa de endividamento. Explicou depois como chegaria a um valor que era diferente daquele que o Sr. Presidente dava. Reiterou que nos estaríamos (Câmara) a endividar brutalmente. ----------

-----A política e decisões tomadas por aquele executivo na sua opinião não eram as melhores. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que segundo contas feitas havia margem/capacidade de endividamento ainda, de 2,1 milhões de euros. Relembrou que quando "herdou" a Câmara não tinha uma situação má, no entanto, quem a "herdar" depois dele também não ia "herdar" uma situação má. Disse não conhecer outra forma de investimento que não fossem aquelas, uma pelos fundos comunitários e outra por empréstimos controlados. As aplicações do empréstimo estavam explanadas na prestação de contas nos diferentes anos. Ressalva que o Município não era daqueles que gerava receita, como o do Porto, Lisboa, Cascais, entre outros "grandes". ----------

-----Em resposta ao deputado do CHEGA, disse que se ele deu aulas no Município da Murtosa há uns anos sabia que o mesmo não teria competências na área da educação naquela altura logo tinha menos funcionários, ao passo que, Mira já tinha essas competências desde 2009 somente o ensino secundário tinha sido passado recentemente. ----------

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que questionou acerca da obra do pavilhão municipal, se estava terminada ou não. Continuava a não perceber como ainda se tinha aquela capacidade de endividamento. ----------

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) dizendo que não concordava quando se dizia que havia excesso de funcionários, pois as pessoas queriam o funcionamento dos vários equipamentos a tempo e horas, mas esqueciam-se da necessidade de meios humanos. ----------

-----Disse que era óbvio que ninguém gostava de contrair empréstimos, mas, não havia outra maneira de fazer investimento para todos/população. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que por lapso não fez referência que o aumento dos 20% (do cálculo de endividamento) deveu-se a uma alteração recente da lei das finanças locais. No pavilhão o que tinha sido empreitado tinha sido o telhado e estava feito. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 1 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do CHEGA, 9 votos contra do PS e restantes a favor do PSD. ----------

----- Houveram declarações de voto do: ----------

-----Sr. Augusto Miranda (CHEGA), que se absteve naquele ponto pois já se tinha abstido no mesmo ponto em abril. ----------

----- A Sra. Maria José (PS), disse que a bancada do Partido Socialista apesar de se tornar repetitiva e talvez até enfadonha não podia deixar de manifestar o seu o seu total descontentamento ao ser chamada àquela Assembleia com o propósito de alterar o contrato empréstimo de cerca de 1 milhão e 900 mil euros reiteraram o seu voto contra. Na sua opinião o Concelho estava refém de uma má gestão aos mais variados níveis, tais como, a falta de saneamento, obras mal feitas, entre outros. ----------

----- A Sra. Lurdes Mesquita (PSD), disse que a bancada do PSD votava favoravelmente pois já o tinha feito aquando da proposta vinda ali em abril, aquele ponto era uma adenda que ia favorecer o Município. ----------

----- PONTO DOIS: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2023 a 2025, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por consulta prévia, para "Fornecimento de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento em Portugal Continental – Lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro da Espap AQ-CR-2023 ----------

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que aquele assunto estava relacionado com ma autorização para repartição dos encargos plurianual para fornecimento de combustíveis, portanto a Câmara tinha que abrir o procedimento de concurso público para aquele efeito. ----------

----- Interveio o **Sr. António Gonçalves (PS)** que disse que todos já tinham percebido que aquele ponto estava relacionado com cartões de crédito para fornecimento de combustíveis. Tratava-se de mais um encargo financeiro para o

município e não deixava de ser um novo empréstimo, ainda que de uma forma encapada. Pelas suas contas o município gastava mais de 500 € de combustível por dia, 15.700 por mês o que dava um custo de 190.000€ por ano, questionou se podiam ter aceso aos consumos por veículo e quilometragens, bem como, quantas viaturas haviam e a quem era atribuído aqueles cartões. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que a Câmara disponibilizava todos aqueles dados, mas esclareceu que não eram cartões de crédito como havia dito, mas, sim cartões vulgarmente chamados de "cartões frota", que tinha descontos e condições especiais. Era uma forma de controlar melhor os abastecimentos e que tinha sido uma boa implementação. ----------

----- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse queres chamar atenção de um pequeno pormenor que era de se ter feito uma reunião no passado dia 28 de junho e estava-se a fazer uma reunião extraordinária e que era para dois pontos que iam endividar mais o Município. ----------

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** pediu para o deputado se cingir ao ponto e que a intervenção nada teve a ver com o ponto. ----------

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que não queria ser indelicado, mas chamou a atenção do Sr. Deputado esclarecendo que o ponto nada tinha a ver com o endividamento do Município e que quando se fizessem intervenções que as mesmas fossem coerentes e fundamentadas. ----------

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** teceu várias considerações quanto às intervenções que se faziam e que o melhor era cingirem-se aos temas dos pontos e cumprirem o Regimento. ----------

----- Interveio o **Sr. Carlos Costa** (PSD) falando dos combustíveis da Câmara no que dizia respeito ao gasto que a mesma tinha ao fazer alguns trabalhos solicitados pelas Juntas de Freguesia e que os mesmos não eram cobrados, mas o gasto era feito. Teceu mais algumas considerações, no entanto, o Sr. Presidente da Assembleia voltou a intervir dizendo que aquelas intervenções tinham de se limitar ao ponto em discussão. ----------

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que se tinha apercebido que tipo de cartões eram, o que se pretendia entender era de como e onde o gasto era feito. Informou que iam então enviar um requerimento para que aquela informação fosse dada por escrito, mas de preferência em tempo útil. ----------

----- Constatou que pela intervenção do Sr. Carlos Costa, as Juntas eram ajudadas de uma forma errada, ou seja, umas eram apoiadas e outras não. Disse que a Junta de Freguesia da Praia de Mira estava disponível para quando a Câmara quisesse ajudar de uma forma imparcial todas as Juntas de Freguesia.

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que quanto aos cartões não havia muito mais a dizer acrescentou que cada um tinha o seu extrato de conta. ----------

----- Em relação às máquinas que o Presidente da Junta de Freguesia de Mira falou, pensa querer referir-se ao facto de andarem pelas várias freguesias a fazerem manutenções. Deu exemplo que haviam delas que andavam na Junta de Freguesia da Praia de Mira desde janeiro na limpeza de valas e canal. ------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 2 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do CHEGA, 9 votos contra do PS e restantes a favor do PSD. ----------

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ----------

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** onde deu nota que aquela era provavelmente a sua última Assembleia Municipal como Presidente da Câmara. Fez referência aos 10 anos em que foi presidente e que nunca teria faltado a nenhuma Assembleia Municipal. Sempre teve e tinha muito respeito por aquela “instituição”. ----------

-----Fez uma avaliação acerca do seu trabalho embora era óbvio que não tinha feito tudo bem, mas era positiva a avaliação que fazia. ----------

-----Enumerou algumas das obras executadas durante os seus mandatos e disse que quem o ia suceder tinha muitas coisas boas para fazer, mas, ia ter muitos momentos difíceis também. ----------

-----Desejava que naquela Assembleia Municipal tudo corresse pelo melhor e que o debate e discussão pelas "temáticas" de Mira fossem sempre a prioridade.

-----Concluiu, dizendo que ia assistir aquelas Assembleias Municipais para assim, acompanhar a evolução dos assuntos de Mira. Agradeceu a todos os que o acompanharam durante aqueles anos. ----------

-----Em seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra às bancadas para as mesmas se poderem pronunciar acerca da saída do Sr. Presidente da Câmara. ----------

-----Na bancada do PSD a Sra. Lurdes Mesquita fez referência ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente de Câmara durante aqueles 10 anos. Na bancada do PS o Sr. Eurico Martins referiu que mais cedo ou mais tarde todo o trabalho desenvolvido iria ser avaliado e quanto ao cargo que ia ocupar desejaram-lhe muito sucesso. O Sr. Presidente da Assembleia aludiu para o facto de ter feito parte da equipa do Sr. Presidente de Câmara durante dois mandatos dos quais constatou que era uma pessoa trabalhadora, persistente, com energia, entre outros. Desejava sucesso para o cargo que ia ocupar e que o desempenhasse da melhor forma. ----------

----- ENCERRAMENTO ----------

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

O Presidente da Mesa

_____

(Nélson Teixeira Maltez)

O 1º Secretário

_____

(Luís Lavrador)